Bloco de Esquerda
GRUPO MUNICIPAL DE LISBOA

Moção
OE 2013 é um iceberg a afundar o País e adiar o futuro da Cidade

Considerando que:

1. Foi aprovado o O.E/ 2013, um orçamento que espelha uma imagem da crise. Crise económica, crise social, crise política. Um orçamento para dois meses, pois imediatamente o governo lançava a necessidade da "refundação do Estado" que temos "um Estado Social que vive acima das suas possibilidades".
2. A senda ideológica deste governo e da Troika são as da ideologia da humilhação, do espezinhamento e do empobrecimento do Povo, recessão sobre recessão, esmagamento das conquistas do Estado social, é do que se decide quando se fala da necessidade de rediscutir as funções sociais do Estado, ou seja o direito à saúde, à educação, à segurança social, melhor justiça, o direito do trabalho e ao emprego e á habitação.
3. A Troika permite-se advogar de que temos que pagar mais para termos educação pública ou de concessionarmos escolas e de despedir mais professores, bem como um sistema de segurança de social que conta com níveis de prestações sociais e de pensões demasiado "generoso".
4. Preconiza-se cortes brutais de 4 mil milhões de euros nas funções sociais do Estado e um brutal despedimento coletivo de milhares de funcionários públicos e do setor público que a serem concretizados significaria uma vitória das políticas do "consenso de Washington", da diretiva europeia 2020, dos bancos e dos fundos especulativos.
5. Derrotar esta política e o memorando da troika é o centro da intervenção alternativa, por um governo de esquerda. A luta é entre outras medidas pela anulação da dívida abusiva e renegociação de prazos e juros com todas as instituições credoras, públicas e privadas, pela reposição dos rendimentos cortados (subsídios de férias e Natal), entre outras. É uma luta contra o caminho do desastre, do aumento contínuo da dívida pública, do desaceleramento das exportações e da queda do PIB e da economia. O País fica mais pobre, bem como os mais desfavorecidos da nossa sociedade, num quadro de uma confessada estratégia de empobrecimento contínuo tida como indispensável para o reforço da "competitividade" do País.

6. O país que percebe que depois de tudo o que sofreu em 2012 tudo ficou pior. Em corte de subsídios para funcionários públicos e pensionistas, assim como aumento de impostos e de todo o tipo de taxas e tarifas, o governo aplicou 9000 milhões de euros em medidas de austeridade em 2012, mas o défice real vai ficar exatamente na mesma.

7. Salários e pensões cortados, taxas proibitivas na saúde, gás, luz e transportes a preços de luxo, desemprego como nunca se viu e o défice real nos mesmos 7,2% do ano passado. Não é um desvio, mesmo dos colossais. É o falhanço total da estratégia do Governo. E depois deste falhanço, espera-se que um governo, com o mínimo de seriedade, retire consequências sobre a sua capacidade e manutenção no poder.

8. Podem repetir mil vezes que descongelam pensões mínimas. Mas a realidade aí está: com o vosso voto congelam pensões de 275 e 300 euros. Negam pensões de alimentos a crianças de famílias que vivem com 400 e poucos euros. Aumentam 40% o IRS de quem ganha 850 euros. Decidem o maior despedimento de que há memória em Portugal, com os milhares de contratados da Função Pública que vão para a rua. Não há pantomina de minimização que esconda a vossa violência.

9. Atacar as funções sociais do Estado é deixar grande parte da população sem acesso à saúde, a melhores prestações sociais e proteção social e à educação. E é reduzir os salários de todos os outros, que passarão a pagar duplamente. Nos impostos e na escola, nos impostos no hospital, nos impostos e no seguro privado. A este governo não chega passar para capitais estrangeiros todos os setores estratégicos da economia – REN, águas, CTT, ANA -não. Quer também entregar ao capital as rendas garantidas das funções sociais.

10. Lamenta-se que este O.E. nos traga a estagnação ou o recuo em termos reais da capacidade de desenvolvimento em termos locais para as autarquias e de enfrentamento local das dificuldades sociais pelo que passam as populações, perante esta grave crise. Lisboa deu a mão ao governo, o governo deu a mão a Lisboa. Lisboa, resolveu os seus problemas de dívida e esta deu ao governo de Passos Coelho/Paulo Portas a possibilidade entregar ao capital financeiro as rendas garantidas.

11 . A manifestação de 15 de setembro que juntou mais de 1 milhão de pessoas, “Que se lixe a Troika queremos as nossas vidas!”, foi um BASTA às medidas da troika, anunciadas pelo governo. “É necessário que este governo vá prá rua!” Gritou-se nessa e em todas as manifestações que se seguiram, em particular na da CGTP de 29 de setembro que encheu o Terreiro do Paço, onde a manifestação transbordou a esfera sindical e se transformou numa manifestação popular, bem como na greve geral de 14 de Novembro marcou a situação política nacional. No mesmo dia, muitos trabalhadores de vários países europeus estiveram em luta, com greves gerais, manifestações e outras ações que convergiram com a greve geral convocada em Portugal. Integrada na jornada europeia de «Ação e solidariedade», promovida pela Confederação Europeia de Sindicatos (CES), sindicatos de 15 países anunciaram greves e manifestações e outras iniciativas de protesto. Foi uma das maiores greves que o país viveu na

sua história recente. A dimensão ibérica desta greve, com repercussões de solidariedade em França, Itália e Grécia, é um fator de enorme importância. A resposta do mundo do trabalho deve desenvolver-se à altura da ofensiva, isto é, em escala europeia. A greve ibérica mostra que, não só é possível, como é mobilizadora a paralisação simultânea dos trabalhadores em diferentes países. Esta greve foi um primeiro passo e deve abrir caminho a uma greve geral europeia contra a austeridade, que coloque na ordem do dia a unidade e a convergência dos trabalhadores e das trabalhadoras à escala europeia, contribuindo para uma alteração de forças políticas na Europa.

Assim, o Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa na sua reunião de dia 11 de dezembro de 2012 delibere:

1. Aprovar a sua solidariedade com todos aqueles que estão a sofrer, a começar pelos mais desfavorecidos, os trabalhadores e reformados, os principais alvos destas medidas recessivas de austeridade e assumir a luta toda e mobilização de todos e todas para salvar o país da bancarrota, resgatar a economia e defender os serviços públicos.
2. Que a mesma seja remetida após votação para: os órgãos de soberania, os Grupos parlamentares da AR, CGTP e para os órgãos de comunicação social.

Pelo Grupo Municipal do Bloco de Esquerda

José Casimiro

Lisboa,10 de dezembro de 2012